



Encontro  
da Rede **10**<sup>o</sup>  
de Estudos Rurais

**“Terra, Fome e Poder:  
Desafios para o rural contemporâneo”.**

27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

## **A Educação em Agroecologia: estratégias históricas e contemporâneas da agricultura familiar**

Guilherme Francisco Klahold<sup>1</sup>  
Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa<sup>2</sup>

**GT 11: Vulnerabilidade, adaptação e resiliência da agricultura familiar.**

### **RESUMO**

Para compreender as possibilidades da educação em Agroecologia enquanto uma prática estratégica da agricultura familiar para resistir e/ou se adaptar às imposições contemporâneas do sistema capitalista, o objetivo deste trabalho será analisar alguns dos aspectos históricos e questões presentes que envolvem a construção deste campo de estudos no Brasil. A pesquisa faz parte de uma investigação sobre a transição curricular da escola do campo Casa Familiar Rural de São Mateus do Sul do Paraná — CFR-SMS-PR, que indica uma série de dilemas pertinentes para a continuação dos cursos pautados pela agroecologia em contextos marcados pela utilização dos métodos convencionais na produção familiar. A metodologia do estudo é baseada na pesquisa participante, a partir da qual pretendemos fazer uma reflexão sobre até que ponto poderíamos localizar o caso da CFR-SMS-PR como uma experiência histórica que revela estratégias usadas no sentido de fortalecer a autonomia dos agricultores familiares e demais populações do campo.

**Palavras-chave:** educação em agroecologia, brechas camponesas, casa familiar rural.

---

<sup>1</sup> UFPR, [guilhermefranciscoklahold@gmail.com](mailto:guilhermefranciscoklahold@gmail.com)

<sup>2</sup> UFPR, [rodolfolobato@ufpr.br](mailto:rodolfolobato@ufpr.br)

## INTRODUÇÃO

A agroecologia é um tema que ganhou certo destaque nos debates agrários das últimas décadas, consistindo em uma proposta para lidar com uma série de crises que assolam as populações do campo. Sem pretensões de tentar trazer uma conceituação definitiva da agroecologia, deixando o debate epistemológico para outro momento, trataremos-na como uma estratégia encontrada pela agricultura familiar para conciliar questões ambientais, econômicas e culturais no enfrentamento e/ou adaptação às lógicas capitalistas.

A construção da agroecologia aparece, a partir da década de 1970, em um contexto em que ocorria uma intensa reestruturação do modelo produtivo agrícola brasileiro através da realização da Revolução Verde e a modernização conservadora da agricultura — que intensificava “a degradação socioeconômica e ambiental do campo brasileiro sob a forma de compras compulsórias extra e intra-setoriais, o uso de insumos e de maquinário agrícola” (RICARDIO, 2011, p. 235), causando problemas diversos na realidade das comunidades camponesas.

Dentre esses problemas, enfatiza-se a crise socioambiental, que possui origens históricas e assume novas faces diante do contexto atual. A causa dessas crises está atrelada principalmente aos modelos de desenvolvimento empregados ao longo da história brasileira, que resultaram na construção de um projeto nacional em que o campo foi secundarizado em privilégio das zonas urbanas. Esses modelos de desenvolvimento, muito associados ao lugar do Brasil na dinâmica da divisão internacional do trabalho, aproveitaram do potencial de exploração econômico das terras brasileiras — com raras preocupações relacionadas à devastação ambiental — e menosprezaram o atendimento às demandas campesinas por sistemas educacionais, produtivos e de saúde mais adequados às suas realidades.

O debate em torno da agroecologia começou a ser construído partir deste contexto, buscando desenvolver não apenas um modelo agrícola diverso da agricultura convencional, mas também uma forma de conhecimento holístico, baseado em diferentes ciências, com objetivo de possibilitar a construção de um campo mais ecológico e socialmente justo ante os problemas históricos enfrentados no meio rural brasileiro. Entretanto, passadas algumas décadas, e a conceituação da Agroecologia ainda permanece ambígua no contexto brasileiro,

dados os entraves encontrados no seu processo de instituição na arena científica e educacional.

Definida por Altieri como “uma verdadeira alternativa técnico-científica global, como uma renovação do social e do sistema técnico-produtivo” (ALTIERI, 2004, p. 14), a agroecologia encontra dificuldades de ser reconhecida pelo Estado brasileiro e pelos mercados locais, que afetam seu potencial de expansão ao tratá-la como apenas um modelo agrícola de menor importância dentre tantos outros.

A partir desses impasses, o objetivo deste trabalho é investigar os antecedentes históricos e elementos contemporâneos que estão imbricados no processo de construção e consolidação da agroecologia na arena educacional. A metodologia usada nesta investigação é baseada no entendimento de Brandão (1999) acerca da pesquisa participante, que nos leva à partir das percepções da comunidade analisada para delimitar nosso problema de pesquisa, buscando identificar as motivações colocadas em debate sem a pretensão de realizar uma pesquisa empírica neutra. O trabalho de campo realizado para a produção dos dados desta pesquisa ocorreu entre junho e outubro de 2021, e foi realizado na escola do campo Casa Familiar Rural de São Mateus do Sul do Paraná — CFR-SMS-PR, envolvendo a realização de entrevistas e questionários com 31 estudantes, três professoras da base técnica, a pedagoga e a diretora da instituição.

Antes de tratar do caso empírico, usaremos o primeiro tópico para desenvolver uma reflexão sobre os elementos institucionais que marcaram a chegada do termo “agroecologia” no debate acadêmico e social, refletindo sobre as implicações da pauta em torno da educação em agroecologia para o processo de consolidação desse movimento.

Em seguida, trataremos das dificuldades presentes na agroecologia, com base no caso que retrata a descontinuidade do curso Técnico em Agroecologia da CFR-SMS-PR, que revela diversos dilemas enfrentados na profissionalização de agroécólogos e na manutenção do ensino em agroecologia nas escolas do campo.

Por fim, construiremos uma reflexão acerca de alguns antecedentes de modelos agrícolas alternativos presentes na historiografia brasileira, indagando as possíveis relações entre os dilemas atuais vivenciados pela agroecologia e a experiência das “brechas camponesas”. Essas brechas nos indicam estratégias construídas para criar potenciais rotas de fuga e espaços de autonomia dentro do sistema hegemônico e, embora não chegassem a pôr em risco a estrutura do mercado, possibilitaram a criação de sistemas produtivos e sociais

alternativos, que servem de inspiração para a construção de práticas como a da Agroecologia.

## **A AGROECOLOGIA E OS DEBATES AGRÁRIO E AMBIENTAL NO BRASIL**

O destaque dado à agroecologia no debate agrário e ambiental não é por menos; afinal, a partir dela foi possível construir uma série de propostas para conciliar variáveis como o meio ambiente, a economia, a cultura e o bem estar social, até então inconciliáveis nos princípios da agricultura moderna. Desta forma,

(...) a Agroecologia, mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas múltiplas inter-relações e mútua influência (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2011, p. 47).

É importante ressaltar que a agroecologia não surge como um tema inédito no debate agrário brasileiro, pois aparece como uma continuação do movimento das agriculturas alternativas, que, por sua vez, é o resultado da síntese de uma série de outros movimentos agrícolas nacionais e internacionais. Dentre esses movimentos, podemos citar experiências de sistemas agrícolas alternativos institucionalizadas em outros países, como a agricultura biodinâmica alemã, a agricultura natural japonesa, a agricultura orgânica na Inglaterra e a agricultura biológica francesa (EHLERS, 1994); e experiências em nosso próprio país de sistemas produtivos alternativos no campo, como a protagonizada por comunidades indígenas, de quilombos, ribeirinhos e do protocampesinato escravo das “brechas camponesas” — que será melhor abordado no penúltimo tópico.

Ainda que estas experiências apresentassem uma vasta e complexa base de conhecimentos que possibilitasse uma prática agrícola mais ecologicamente sustentável e socialmente justa, o surgimento do debate em torno das agriculturas alternativas e da agroecologia só ganhou força no Brasil com a intensificação do debate ambiental e com sua associação com as pautas dos movimentos agrários.

De acordo com Viola (1987), podemos identificar a existência de três fases dos movimentos ecológicos iniciados a partir da segunda parte do século XX no Brasil: a primeira é denominada como o movimento ambientalista, surgido entre 1974 e 1981, que iniciava as críticas contra a degradação ambiental; entre 1981 e 1985, inicia-se um “movimento de transição”, com cada vez mais menções políticas explícitas e ampliação do debate ecológico;

e a partir de 1986 ocorre a terceira e última etapa, classificada como ecopolítica, quando a maior parte do movimento ecológico passa a enfatizar a importância da participação política para colocar em prática as decisões construídas no debate acadêmico e social.

Ainda que já houvesse um debate ambiental latente no território brasileiro desde o período colonial, como demonstrado por Pádua (2002), os discursos eram marcados por um viés que incentivava o desenvolvimentismo agrícola, com incentivos ao melhoramento das técnicas “arcaicas” utilizadas na agricultura da época para a otimização da produção no campo. Mesmo no século XX, as perspectivas sobre a natureza presentes no debate político ainda estavam muito próximas do que Alier (2007) categorizou como o viés da Sacralização da Natureza — associado à visão da natureza com valor intrínseco e sagrado — e o viés da Evangelho da Ecoeficiência, relativo à conciliação entre o desenvolvimentismo econômico e a preservação das áreas naturais.

Esses fatores ressaltam a particularidade dos movimentos ambientais iniciados a partir de 1970, que enfatizaram o caráter político da pauta pela preservação ambiental e pela distribuição mais igualitária dos benefícios e riscos do desenvolvimento econômico — mais associados ao que Alier (2007) denominou como o Ecologismo dos Pobres ou “ecopolítica”. Ademais, outro elemento que distinguiu o movimento ecológico foi a sua coincidência com a criação de importantes movimentos políticos relacionados à questão agrária, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, aos poucos, passa a trazer a questão ambiental para o seio do debate rural, juntamente com a pauta pela reforma agrária e pela soberania alimentar da população brasileira.

Logo, podemos inferir que a origem do termo “agroecologia” no Brasil está extremamente atrelada às pautas políticas dos movimentos ecológicos e dos movimentos sociais rurais, e representa uma nova estratégia de transformação da forma como o campo é pensado pela lógica da modernidade, com questionamentos e propostas pertinentes para a construção de um campo mais ecológico e socialmente justo. Dentre essas propostas, podemos citar o investimento em circuitos curtos de comercialização, em agroindústrias familiares e/ou comunitárias para beneficiar as produções dos pequenos e médios agricultores, a implementação de programas de Estado e créditos privados específicos para os produtores agroecológicos, e a criação de cursos pautados pela educação em agroecologia.

O processo de consolidação da agroecologia como uma nova ciência ou um paradigma produtivo emergente passa, inevitavelmente, pela sua expansão na arena educacional, seja

como uma base curricular, ferramenta metodológica ou mesmo como conteúdo de escolas de ensino básico e de instituições de ensino técnico e superior. Essa expansão não só está condicionada pela existência de políticas públicas, incentivos privados e/ou por movimentações políticas pautadas na agroecologia, como também exige uma reestruturação ampla dos cursos de ciências agrárias, que “continuam formando profissionais para atender ao padrão tecnológico da agricultura convencional, seguindo a racionalidade econômica e os modelos técnicos produtivistas” (AGUIAR, 2010, p. 4).

Enquanto essa reestruturação ampla não se efetiva, surgem diversas experiências de educação em agroecologia, que não necessariamente rompem radicalmente com a estrutura agrária, mas provocam transformações consideráveis na organização socioeconômica e cultural das comunidades escolares. Essas experiências nos revelam impasses e possibilidades relevantes para se pensar no processo de expansão da agroecologia na arena educacional, principalmente no que se refere ao âmbito da educação do campo. Analisaremos um desses casos para podermos elencar algumas dessas possibilidades e limites.

### **O ENSINO DE AGROECOLOGIA NA CASA FAMILIAR RURAL DE SÃO MATEUS DO SUL (PR)**

O fato da Agroecologia não ter, até o presente momento, se consolidado enquanto campo de estudos da educação básica tem implicações relevantes e diversificadas nas experiências emergentes de ensino em agroecologia, que sofrem os efeitos da falta de reconhecimento social e profissional dos conhecimentos e práticas agroecológicas.

Para revelar algumas das potencialidades e dilemas da agroecologia em seu processo de institucionalização na arena educacional, voltaremos para o caso da Casa Familiar Rural de São Mateus do Sul do Paraná (CFR-SMS-PR), que expressa questões pertinentes para se pensar no processo de expansão da agroecologia em um contexto marcado pela falta de reconhecimento social e profissional de agroecólogos.

A CFR-SMS-PR iniciou suas atividades no ano de 2006 e, com a articulação entre atores civis e movimentos sociais da região, implementou o curso Técnico em Agroecologia integrado ao ensino médio em 2009. A criação da escola esteve relacionada à uma demanda regional por uma escola mais adaptada às necessidades dos agricultores familiares, possibilitando a geração de renda e incentivo à escolaridade das novas gerações. Assim como as demais Casas Familiares Rurais, o Projeto Político Pedagógico da CFR-SMS-PR é organizado em torno da

Pedagogia da Alternância<sup>3</sup>, que incide sobre o currículo, o cronograma, a didática e toda a organização do cotidiano escolar (PPP-CFR-SMS, 2014).

Organizada em torno da Pedagogia da Alternância e do curso Técnico em Agroecologia, a CFR-SMS-PR possuía uma ementa curricular pautada principalmente em princípios ecológicos e na autonomia camponesa. Entretanto, com o decorrer das atividades da escola, o curso Técnico em Agroecologia passou a ser questionado como adequado às demandas da região, conforme pode ser visto na fala de uma das professoras da base técnica da instituição no ano de 2021.

Prof Sophia - A gente já tava vendo uma necessidade de mudar o curso, porque assim, a gente sabe que a agroecologia acontece, mas ainda é uma pequena realidade, não são muitas propriedades que trabalham com isso, então acho que meio que frustra um pouco os alunos (KLAHOLD, 2022).

Essas inquietações provocaram uma movimentação de atores da gestão e do quadro docente do colégio para alterar o seu currículo com a motivação inicial de implementar um curso técnico em agroindústria, aproveitando as instalações de processamento alimentar que foram construídas a partir do projeto Ecos dos Campos, desenvolvido pela Petrobras. Todavia, houve uma pressão da Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED-PR) para implementar o curso técnico agrícola nas Casas Familiares Rurais paranaenses, em consonância com os princípios da nova Base Nacional Comum Curricular, o que definiu a nova oferta formativa da CFR-SMS-PR a partir do ano de 2022 (KLAHOLD, 2022).

Com a transição do curso curso Técnico em Agroecologia para o curso Técnico Agrícola, alteraram-se os conteúdos e métodos das disciplinas técnicas, retiraram-se as restrições à utilização de insumos químicos na produção escolar — que envolve principalmente a olericultura, fruticultura, galinocultura e piscicultura — e alteraram-se as visitas técnicas que são feitas aos produtores da região. Ainda que a transição ainda não tenha se efetivado por completo, o que ocorrerá apenas a partir de 2024, quando a última turma do Técnico em Agroecologia terá se formado, podemos identificar uma tendência de intensificação de práticas caracterizadas pela agricultura convencional, com menor foco nos princípios da agricultura orgânica e agroecológica (KLAHOLD, 2022).

---

<sup>3</sup> A Pedagogia da Alternância é um modelo de ensino que busca reorganizar o cronograma, os princípios, os conteúdos e os métodos escolares para atender mais adequadamente as populações do campo. Esse modelo surgiu através da experiência das *Maison Familiale Rurales* francesas, que inspiraram o modelo das Casas Familiares Rurais brasileiras e outras experiências educacionais, tendo como um dos aspectos gerais a articulação dos elementos “estudo-realidade territorial-profissão” (NOSELLA, 2012, p. 54).

Essas mudanças, apesar terem sido impostas pela SEED/PR, foram bem recebidas pela maior parte da comunidade escolar, que visualiza a nova formação como mais valorizada pela esfera pública e privada da região — o que, aparentemente, se confirma com o coincidente aumento no número de matrículas após a oferta do novo curso. A expectativa de muitos é que a formação técnica agrícola proporcione mais inserção profissional para os estudantes, mais recursos para a escola, mais conexão com as práticas agrícolas familiares e também inclua elementos da agroecologia, conforme pode ser observado na fala da professora da base técnica Elisa quando questionada sobre sua opinião acerca da transição curricular:

Prof. Elisa - Acho que vai ser positiva, porque vai aumentar até essa questão que eu falei do mercado de trabalho, abre um leque maior, a questão do trabalho eles vão poder tá vendo a parte agroecológica, mas vão poder atuar como técnico agrícola também, que tem uma demanda maior pro mercado (KLAHOLD, 2022).

As expectativas em torno do curso Técnico Agrícola possuem intensa relação com as demandas da comunidade escolar que não foram devidamente atendidas pela formação Técnica em Agroecologia. Entre as expectativas não atendidas, podemos citar a baixa inserção profissional dos estudantes egressos no mercado de trabalho, a dificuldade de associar os princípios agroecológicos estudados na escola com as práticas agrícolas domésticas, e a falta de meios para adquirir renda através da formação em agroecologia.

Os dilemas que restringiram a continuidade do curso Técnico em Agroecologia são, em grande medida, relacionados ao contexto em que a escola está inserida. Segundo o Censo Agro de 2017 (IBGE, 2017), São Mateus do Sul possui um total de 3.406 estabelecimentos agropecuários, e destes há um total de 2.126 que utilizam adubação química, e cerca de 2.150 utilizam agrotóxicos em sua produção. O sistema de cultivo predominante é o do Plantio Direto na Palha<sup>4</sup>, aplicado por 1.609 estabelecimentos, seguido pelo cultivo através do Plantio Convencional, que agrega 918 estabelecimentos (IBGE, 2017).

Ainda que São Mateus do Sul seja muito marcado pela presença da agricultura familiar, podemos observar que a maior parte desses agricultores se baseia em métodos convencionais ou de uma agricultura semi intensiva, como é o exemplo do método do Plantio Direto no solo — o que aparece nos comentários da Prof Laura sobre os métodos agrícolas usados pelos

---

<sup>4</sup> O Plantio Direto na Palha (PDP) é um sistema de produção agropecuária que se baseia na cobertura permanente das superfícies para aumentar a matéria orgânica da terra e manter as qualidades morfológicas do solo, reduzindo a necessidade de utilização de agrotóxicos e adubação.



familiares dos estudantes:

Prof Laura - Na própria horta, cerca de 90% das famílias usam produtos agroquímicos, defesa natural e o próprio agrotóxico. Os princípios da produção agroecológica não são a realidade deles (KLAHOLD, 2022).

Neste contexto agrário com pouca presença da agroecologia e demais iniciativas sustentáveis no campo, falta espaço para colocar em prática os conhecimentos agroecológicos aprendidos no curso técnico, o que repercute na relativa ausência de locais para realizar as visitas técnicas da escola, no menor apoio da família para inserir práticas agroecológicas em suas terras, e em raros incentivos para que os jovens dêem continuidade ao que foi desenvolvido durante sua formação.

A percepção da comunidade escolar sobre o espaço da agroecologia no contexto regional enfatiza os obstáculos enfrentados para efetivar os projetos de ensino do curso Técnico em Agroecologia. Segundo estimado pela professora Laura, dos cerca de 100 estudantes que já se formaram nos últimos anos na CFR-SMS-PR, apenas dois conseguiram dar continuidade na agroecologia, o que se explica pela pouca valorização do certificado de Técnico em Agroecologia e pela relativa ausência de produtores agroecológicos na região — segundo ela, de cada dez produtores rurais do município de SMS, nove produzem com métodos convencionais (KLAHOLD, 2022). Apesar desses números serem apenas estimativas que não necessariamente condizem com a realidade, eles expressam como as professoras da base técnica percebem a sua situação e a de seus estudantes, revelando as noções que fundamentam os seus posicionamentos enquanto atores da comunidade escolar.

As gestoras preocuparam-se em ver a maior parte dos estudantes egressos sem conseguir inserção profissional no mercado agrícola e no funcionalismo público da região, ao perceberem que esse cenário poderia culminar no encerramento das atividades da CFR-SMS-PR, tendo em vista o contexto de fechamento das escolas do campo que assola não só o município de São Mateus do Sul, como também as demais regiões paranaenses (REICHENBACH, 2019).

Se no curso Técnico em Agroecologia havia uma baixa inserção profissional, no curso Técnico Agrícola há a expectativa de que os estudantes encontrem mais oportunidades de emprego na região; se antes havia dificuldades de conciliar os conhecimentos escolares e familiares, na nova formação vislumbram-se mais semelhanças entre os conteúdos trabalhados e as práticas domésticas; se na formação anterior havia uma queda crescente nas

matrículas, agora há um número cada vez maior de alunos. Além do mais, com a formação de técnico Agrícola, há uma maior facilidade em encontrar estabelecimentos produtivos da região para fazer visitas técnicas e para receber investimentos privados, o que complementa um cenário de maior otimismo para a comunidade escolar da CFR-SMS-PR.

Um dos elementos mais marcantes do caso desta transição curricular é que, mediante um cenário de pouca valorização do curso em agroecologia e do risco de fechamento da escola, “opta-se” pelo fortalecimento das bases economicistas e produtivistas do ensino agrícola, em detrimento das pautas ambientais e ecológicas, que passam a figurar um segundo plano no currículo escolar. Esta “opção”, vale ressaltar, é condicionada pelos órgãos governamentais e pelo mercado regional, que pressionaram a comunidade escolar a mudar sua proposta educacional, diminuindo a autonomia das escolhas dos atores escolares (KLAHOLD, 2022).

Algumas reflexões nos são induzidas ao analisar esse caso: seria essa transição curricular um indício do enfraquecimento da agroecologia na pauta política agrária nacional e/ou regional? Até que ponto as iniciativas alternativas de educação do campo e de agricultura teriam de se adaptar às lógicas de produção capitalistas, e quais seriam os limites dessa adaptação? Como a agroecologia poderia ser vista à luz de outras experiências históricas de resistência camponesa?

Para traçar algumas pistas acerca dessas questões, faremos uma retomada de experiências históricas e dos modelos analíticos que nos revelam estratégias de “resistência” às lógicas do sistema dominante no campo, o que nos encaminha ao caso das “brechas camponesas” no sistema escravista, que expressa características importantes do processo de consolidação da estrutura agrária brasileira durante o período colonial.

## **AS BRECHAS CAMPONESAS: ANTECEDENTES HISTÓRICOS DE PRÁTICAS DE AUTONOMIA CAMPONESA**

O termo “brecha camponesa” foi construído primeiramente por Tadeusz Lepkowski, como forma de “expressar a existência de atividades que, nas colônias escravistas, escapavam ao sistema de plantation, entendido em sentido estrito” (CARDOSO, 1987, p. 133). Este termo foi desenvolvido mais profundamente por Ciro Flamarion Cardoso, que investigou elementos gerais das “brechas camponesas” no continente americano, e suas particularidades no caso

brasileiro.

As “brechas camponesas” brasileiras se referiam à economia independente de subsistência de quilombolas dentro de quilombos, e ao sistema de concessão de pequenos lotes de terras em usufruto nas fazendas aos escravos não-domésticos, criando algo denominado como “mosaico camponês escravo” ou protocampesinato, que coexistia com a extensão dominante das terras do senhor onde os escravos trabalhavam de forma agrícola e agroindustrial, sendo parte de um grande organismo produtivo (CARDOSO, 1987). Esse sistema é marcado por uma ambiguidade, como resistência e também como iniciativa dos senhores de terras para reduzir gastos com proventos para os escravos. Ainda assim, os escravizados “viam com razão que o sistema de parcelas comportava benefícios e vantagens para eles, e lutavam para que assim fosse ao máximo, ampliando sua autonomia e extensão na medida do possível” (CARDOSO, 1987, p. 111).

Um dos efeitos das brechas camponesas foi o desenvolvimento de uma produção mais diversificada no campo que modificou consideravelmente as dinâmicas dos mercados locais, possibilitando a construção de sistemas agrícolas que abarcavam as lógicas locais e os saberes tradicionais das populações escravizadas, o que pode ser uma rota para a preservação da cultura africana, indígena e a formação de um protocampesinato nas américas.

Diferentemente de muitos autores que consideram a inconciliação ou exclusão mútua entre as categorias de campesinato e a escravidão, Cardoso (1987) afirmou que as brechas camponesas revela a existência de uma espécie de protocampesinato no Brasil colônia. Essa forma de organização, embora não possa ser considerada como um movimento contra-hegemônico que trouxesse risco ao sistema escravista (CARDOSO, 1987), é vista pela historiografia como um fenômeno que abriu possibilidades inéditas, pois permitiu uma maior autonomia não só para criar novos vínculos com a terra, como também para produzir e reproduzir conhecimentos de forma coletiva:

(...) o estudo da “brecha camponesa” serve, entre outras coisas, para nuançar a visão habitualmente monolítica em excesso que se possa ter do sistema escravista da Afro-América, ao mostrar as colônias afro-americanas como sedes de verdadeiras sociedades, ativas, dinâmicas e contraditórias – e não como campos de concentração generalizados, habitados mais por figuras estereotipadas do que por pessoas vivas. Serve para nuançar, dissemos, mas não para pôr em dúvida o sistema escravista, indubitavelmente dominante (CARDOSO, 1987, p. 89-90).

A revelação de uma sociedade dinâmica e contraditória, marcada não só pela

dominância do sistema de *plantation* como também pelas resistências camponesas, tem contribuído para a construção de subsídios teóricos interessantes para pensar na Agroecologia enquanto uma prática de resistência ao sistema capitalista contemporâneo.

Um exemplo neste sentido é o estudo de Gondim de Araújo (2012), que usa da noção de “brecha camponesa” para pensar em como a herança da comunidade negra rural camponesa do Engenho Siqueira da Zona da Mata Pernambucana possui culturas e técnicas compatíveis com a agroecologia. A autora observa que essas heranças possibilitaram as bases para a construção de uma transição agroecológica na região, e também no enfrentamento às lógicas remanescentes da *plantation* e das novas lógicas da agricultura moderna, o que a levam refletir até que ponto a agroecologia pode representar “uma nova ‘brecha’ na hegemonia do agronegócio sucroenergético da cana-de açúcar na Zona da Mata” (GONDIM DE ARAÚJO, 2012, p. 110).

De forma similar, Silva (2019) usa a ideia de “brecha camponesa” para analisar “as contribuições históricas das comunidades negras (quilombolas ou não) para a construção do conhecimento agroecológico na atualidade” (SILVA, 2019, p. 81). O autor identifica elementos correlatos entre as experiências quilombolas, as “brechas camponesas” e os saberes agroecológicos, dentre os quais podemos citar: a predominância de policultivos com espécies vegetais também cultivados em diferentes regiões africanas; a construção de uma cosmovisão sobre a relação entre ser humano e natureza diferente da visão moderna; e a construção de uma economia baseada em laços comunitários e na solidariedade, enfatizando o caráter coletivo do trabalho e da identidade cultural (SILVA, 2019). Desta forma, Silva (2019) destaca a importância de usarmos as experiências do campesinato negro como inspiração na construção dos conhecimentos agroecológicos, influenciando na organização de circuitos curtos de comercialização e consumo da agricultura familiar.

É possível identificar nas brechas camponesas um processo de resistência relevante da historiografia camponesa, que releva espaços de fuga dentro do sistema dominante e, ainda que não expresse todas as formas do processo de colonização, aponta para possíveis formas de se transformar a forma de organização do sistema vigente. De forma similar às “brechas camponesas”, a Agroecologia também pode até não pôr em dúvida o caráter dominante do sistema da agricultura convencional, mas provoca uma mudança crucial do modelo de produção dominante, construindo novas formas de se pensar nas relações econômicas, socioambientais e culturais do campo.

Similarmente às brechas camponesas, a agroecologia também tem sido foco de investidas que reduzem seu potencial contra-hegemônico, aplicando-a a serviço das engrenagens da racionalidade econômica capitalista. A restrição do espaço para a aplicação técnica e para a construção teórica da agroecologia diminui a possibilidade das experiências agroecológicas se difundirem na arena educacional e científica, condicionando-as à adaptação às lógicas da agricultura convencional.

A descontinuidade do curso Técnico em Agroecologia da CFR-SMS-PR reforça como o processo de expansão das práticas e educação agroecológicas estão condicionadas ao contexto político e econômico em que estão inseridas, e muitas vezes acabam por ser adaptadas às lógicas capitalistas locais, que se encontram capilarizadas no sistema produtivo, na estrutura educacional e nas relações de poder de cada região. Ainda assim, essas restrições não são o bastante para impedir a difusão dos conhecimentos agroecológicos, que permanecem presentes em cursos superiores, técnicos, como tema na educação básica ou mesmo em formações informais para agricultores, sendo uma importante base para o desenvolvimento da autonomia do campo.

Logo, cabe aos defensores da agroecologia uma escolha delicada entre a resistência, o enfrentamento e a adaptação às lógicas capitalistas de produção e reprodução do conhecimento. Isso nos coloca em uma posição em que nenhuma “opção” é cômoda, nem mesmo para os que procuram construir rotas de fuga no entremeio das “brechas” do sistema, inventando “heterotopias” como forma de criar “espaços libertários e autônomos nas dobras do espaço estratificado” (GALLO e FIGUEIREDO, 2018, p. 49). Não importa qual seja a proposta, tenderá a esbarrar com as múltiplas expressões do sistema dominante, cabendo a construção de diferentes estratégias para garantir a continuidade das práticas agroecológicas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com o passar das últimas décadas, a Agroecologia ganhou espaço no debate acadêmico, na arena educacional, nas pautas políticas e nos projetos das populações do campo, tornando-se uma estratégia cada vez mais relevante para a construção de novas propostas para o desenvolvimento agrário e ambiental nacional. Ainda assim, esse campo de estudos e práticas encontra diversos obstáculos para consolidar sua expansão entre agricultores familiares e demais populações do campo, que sofrem com a pressão da estrutura

produtiva e das organizações políticas pela adoção das técnicas agrícolas convencionais.

A transição curricular que levou à descontinuidade do curso Técnico em Agroecologia para a oferta do curso Técnico Agrícola na CFR-SMS-PR expõem alguns dos impasses enfrentados para a manutenção dos cursos em Agroecologia, que encontram pouco respaldo da sociedade civil, das políticas públicas e iniciativas privadas para criar espaços de atuação para os formados neste campo de estudos. Na medida em que se restringem as práticas agroecológicas, provoca-se um sufocamento desses conhecimentos e, ainda que não sejam silenciados por completo, passam a ser encarados como saberes de menor importância quando comparados aos princípios da agricultura convencional.

Ainda assim, os antecedentes historiográficos de modelos agrícolas alternativos encontrados em experiências como a das “brechas camponesas” nos indicam que, apesar dessas iniciativas contra-hegemônicas não causarem uma ruptura imediata e definitiva na estrutura dominante, elas tem o potencial de efetivar transformações determinantes na forma de funcionamento desta estrutura, possibilitando a ampliação de direitos e da autonomia das populações do campo. Os estudos sobre a relação entre a agroecologia e as brechas camponesas nos revelam uma diversidade de experiências que não necessariamente consolidam uma base sólida para suprimir as lógicas da agricultura moderna, mas servem como fundamento para a construção de práticas de adaptação, resistência e até mesmo enfrentamento a essas lógicas, mesmo que seja para criar espaços de fuga ou contribuir para o desenvolvimento de um capitalismo menos nefasto para os agricultores familiares.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. V. de A. A. **Educação em Agroecologia** – que formação para a sustentabilidade? In.: Ensino da Agroecologia. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, v.7, n.4. 2010.

ALIER, J. M. Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração. São Paulo; Contexto, 2007

ALTIERI, Miguel Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. – 4.ed. – Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.

BRANDÃO, C. R. O AFETO DA TERRA: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sítiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia**: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In.: CAPORAL, F. R. (Org.); AZEVEDO, E. O. (Org.). Princípios

e Perspectivas da Agroecologia. 1.ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011. v.1. 192p.

CARDOSO, C. F. S. **Escravo ou camponês?** O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

EHLER, Eduardo. A Agricultura Alternativa: uma visão histórica. EST. ECON., SÃO PAULO, V.24. n° ESPECIAL, p. 231-262, 1994.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: jun. 2023.

KLAHOLD, G. K. A Educação do Campo e a Agroecologia na Casa Familiar Rural de São Mateus do Sul. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) — Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 100. 2022.

GALLO, S.; FIGUEIREDO, G. M. (2018). Entre maioria e minoridade: as regiões de fronteira no cotidiano escolar. APRENDER - Caderno De Filosofia E Psicologia Da Educação, 1(14).

GONDIM DE ARAÚJO, Marli. A comunidade remanescente de quilombo do Engenho Siqueira: territorialidade, identidade quilombola e potencialidade da agroecologia Cuadernos de Geografía - Revista Colombiana de Geografía, vol. 21, núm. 1, enero-junio, 2012, pp. 99-114

NOSELLA, P.. Educação no campo: origens da pedagogia da alternância no Brasil / Paolo Nosella. Vitória : EDUFES, 2012. 288 p.

PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

PPP-CFR-SMS. Projeto Político Pedagógico: Casa Familiar Rural de São Mateus do Sul. São Mateus do Sul – PR, 2014.

VIOLA, E. J. O movimento ecológico no Brasil, 1974-1986: do ambientalismo à ecopolítica. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 1. São Paulo, 1987, p. 5-26.

SILVA, J. N. A Atualidade do Campesinato Negro no Nordeste Brasileiro e suas Contribuições para a Construção do Conhecimento Agroecológico. Revista Brasileira de Agroecologia, Vol.14. Nº. 2 Esp. 2019

REICHENBACH, V. FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO ESTADO DO PARANÁ (1997 – 2017): VIOLAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação Diversidade 96 Diferença e Desigualdade Social. Universidade Federal do Paraná, Curitiba - PR, 203p. 2019.

RICARDIO, L. A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. En Cuad. Desarro. Rural. 8 (67): 231-249, julho-dezembro 2011.